



Anais da Assembléia

N.º 46

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 40.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1983

(Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Djalma de Almeida César.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho, Luiz Alberto de Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Périches Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tuguo Setogutte e Márcio Almeida (28), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Ailton Cordeiro, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Sampaio Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Nelson Buffara, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (30).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações,

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER uma vez ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO BEZERRA GUEDES, ocorrido hoje na cidade de São João do Ivaí.

Trata-se de um dos desbravadores da região, agricultor, pai do ex-Prefeito Aparecido Bezerra Guedes, e do atual Presidente da Câmara Municipal de São João do Ivaí, Sr. Sebastião Bezerra Guedes.

Falece aos 73 anos de idade, deixando viúva a Sra. Júlia Monteiro Guedes, dez filhos e vários netos.

Da aprovação solicita ser dado ciência através do Presidente da Câmara de São João do Ivaí, Vereador Sebastião Bezerra Guedes.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, regimental-

mente REQUER que após ouvido o competente Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão GERALDO WALTER BRONZEL, ocorrido na cidade de Campo Mourão, na data de ontem.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja levada ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua Harrison José Borges, 513, Campo Mourão, Pr.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento ocorrido na data de 10 do corrente, do Sr. PEDRO BEZERRA GUEDES, pessoa altamente relacionada na sociedade e fundador de São João do Ivaí, deixando lacuna irreparável na comunidade.

Da decisão do Plenário, requer ciência à família enlutada e à Prefeitura local.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata de um voto de pesar pelo passamento do Sr. HEITOR CARDOSO, que foi um dos pioneiros do Sudoeste paranaense, ocorrido ontem e que será sepultado hoje, às 16:00 horas, em Pato Branco.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Srs. Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranaguá, Jacarezinho, Cascavel, Foz do Iguaçu, Apucarana, Cornélio Procopio e Umuarama, que regulamentem, com a máxima urgência, o uso de propaganda nos táxis, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que dispõe sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em pauta encontra justificativa na própria crise econômica que assola o País, que, com o crescente aumento do preço dos combustíveis, peças e assistência técnica que tem feito com que os taxistas sofram particularmente os seus efeitos, que são ampliados pela queda do poder aquisitivo dos usuários.

Nestas condições, a oportunidade da medida proposta pelo CONTRAN é indiscutível, e sua adoção, por certo, viria aliviar essa operosa classe, dos pesados ônus que sobre ela recaem.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, Deputado Nelson Miguel Friedrich, solicitando instalação de rede de água e esgoto nas escolas consolidadas dos Distritos de Bairro dos França, Lageado Bonito e Briolândia, pertencentes ao Município de Ortigueira, neste Estado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

As providências ora solicitadas se fazem extremamente necessárias, haja vista que as escolas acima referenciadas, encontram-se em integral e perfeito funcionamento, atendendo aos estudantes da zona rural do Município de Ortigueira, não sendo cabível pois, que continuem sem redes de água e esgoto.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com finalidade da construção de uma cadeia pública no Distrito de Jaracatiá, Município de Goioerê.

Tal solicitação é feita em atendimento ao pedido formulado pelo Sr. George Gonçalves Paiva, constituindo-se em um anseio dos moradores daquele Distrito, uma vez que lá existia uma cadeia pública, tendo a mesma sido destruída por um incêndio no final do ano de 1982. Além disso, tratando-se de um distrito com um número considerável de habitantes, urge a construção da cadeia pública para a perfeita manutenção da ordem e da paz.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento da solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com finalidade de obtenção através deste órgão, para o Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê, de 01 (uma) ambulância com equipamentos adequados, a qual será utilizada em transporte de pessoas doentes e carentes de atendimento médico-hospitalar, impossível de ser efetivado no local onde se encontram.

Tal solicitação é feita em atendimento ao pedido formulado pelo Sr. Augusto Norberto de Carvalho e faz-se necessária dado ao atendimento, hoje deficiente, além do que, oferecerá oportunidade do exercício sagrado de salvar vidas preciosas de nossos cidadãos, que às vezes se perdem por falta de veículos equipados para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o

presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com finalidade de obtenção, através deste órgão, para o Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê 01 (uma) viatura policial, a qual será utilizada para o desempenho das atividades policiais da sub-delegacia.

Tal solicitação é feita em atendimento ao pedido formulado pelo Sr. Augusto Norberto de Carvalho e faz-se necessária dadas às dificuldades dos policiais daquela sub-delegacia em manter a ordem e a paz social sem um aparelhamento policial adequado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

No uso de suas atribuições regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de que seja criada a Comarca de Terra Boa, a ser instalada na sede do Município do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

FUNDAMENTAÇÃO:

O Município de Terra Boa, criado pela Lei estadual n.º 2.411, de 13 de julho de 1955, teve a realização de suas primeiras eleições em data de 03 de outubro de 1955, tendo sido eleito seu primeiro prefeito o Sr. Carlos Marcondes, que tomou posse em data de 14 de dezembro do mesmo ano.

Desde a sua criação o Município de Terra Boa está sob jurisdição da Comarca de Peabiru. Com o passar do tempo o aumento populacional, passou a exigir que os feitos jurídicos tivessem seu desenrolar na própria sede do município, tal sendo possível, apenas e tão somente com a criação da comarca. Atualmente o município conta com uma população de mais de 30.000 habitantes, computando-se o contingente urbano e o rural.

Segundo estatísticas extraoficiais realizadas nos anos de 1978 e 1979, constatou-se que do número de ações cíveis tramitadas na Comarca de Peabiru, mais de cinquenta por cento originaram-se de litigantes residentes no Município de Terra Boa. De igual forma, dos feitos criminais ali ajuizados, mais de noventa por cento também tinham como nascedouro o Município de Terra Boa.

Dada às dificuldades não podemos obter levantamentos semelhantes nos anos de 1980, 1981 e 1982, entretanto, presume-se que os números obtidos nos anos em questão, sejam de igual percentual.

Sempre foi clamor de toda população, principalmente das classes menos favorecidas, a celeridade das causas judiciais. Por seu turno, a Ordem dos Advogados do Brasil, através da Seccional do Paraná, sempre pugnou pela criação de novas comarcas em nosso Estado, visando agilizar os feitos judiciais, já demasiados lentos, motivado pela nossa sistemática processualística quer na esfera cível, quer na esfera criminal.

Os órgãos de classe, o comércio e a indústria, em uníssono, reclamam a instalação de novas comarcas, uma vez que tanto os demandantes como os demandados, sofrem as consequências de uma justiça morosa.

Sentindo o problema de perto, o próprio Ministro Ex-

traordinário da Desburocratização, apresentou projeto de lei, criando o juizado de pequenas causas, idéia esta já absorvida pelo nosso eminente Governador José Richa, que preocupado com a morosidade da justiça, demonstrou entusiasmo de sua criação em nosso Estado, tão logo tal lei venha a ser aprovada e devidamente regulamentada.

De nada valeria tais benesses se se manter o pequeno número de comarcas para o atendimento das aspirações de nossos concidadãos que têm o infortúnio de necessitar de litigar em juízo.

Isto posto, somos de opinião favorável à criação da Comarca de Terra Boa, fato este que, se consumado, viria a desafogar em muito os feitos judiciais que se avolumam na Comarca de Peabiru, causando transtornos aos seus concidadãos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a reforma do terminal de embarque no Aeroporto de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Aeroporto de Campo Mourão serve grande parte da micro região da Comcam e está necessitando urgentemente de passar por reformas no seu terminal, isto quanto à sua ampliação, zeladoria e jardinagem.

Já solicitamos à Rio-Sul que inclua em sua rota um voo diário àquela localidade, mas para que isso possa ocorrer é necessário que se faça os benefícios aqui solicitados, para que o morador de uma das regiões mais ricas deste Estado, possa também usufruir desses benefícios.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do IPE solicitando a instalação de ambulatório do órgão na sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é centro da micro-região da Comcam, que congrega 17 municípios, e ali se encontram milhares de funcionários públicos do Estado, os quais se sentem privados de atendimento ambulatorial por parte de seu órgão previdenciário por não ter na micro região um ambulatório que os atenda.

Daí a justeza de nossa pretensão, que se instale o mais urgente possível um ambulatório em Campo Mourão, para trazer maior segurança à saúde dos funcionários, os quais têm que se deslocar, ou a Maringá ou a Curitiba, para receber atendimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, ofício solicitando a adoção, no Município de Foz do Iguaçu, das mesmas medidas que foram adotadas em Curitiba, não interrompendo o fornecimento de energia elétrica, por parte da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e não suspendendo o fornecimento de água por parte da Sa-

nepar (Companhia de Saneamento do Paraná), às pessoas que comprovem sua situação de desempregadas.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) SÉRGIO SPADA.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento de Itaipu, Foz do Iguaçu, que possuía 40 mil habitantes, recebeu um fenomenal fluxo de trabalhadores que buscaram empregos na construção da obra, elevando sua população para 150 mil habitantes.

Esses trabalhadores demandaram espaços físicos para morar, em consequência, surgiram enormes bairros proletários, nas periferias da cidade, com até 15 mil habitantes, todos vivendo em situação de penúria devido a demissão maciça por parte da Empresa Binacional.

A construção da barragem absorveu até 30 mil empregados, hoje em fase de montagem de equipamentos absorve tão somente 10 mil, o que forçou a demissão de 20 mil trabalhadores, que hoje não conseguem mais empregos em Foz do Iguaçu.

Além destes, existe um enorme contingente de desempregados que trabalhavam em função indireta de Itaipu, também devido às dificuldades pela qual passa o comércio e a quase paralisação da construção civil.

Calcula-se que existe hoje em Foz do Iguaçu mais de trinta mil desempregados, o que coloca este município como um dos que têm o mais alto índice de desemprego do Brasil.

A insegurança, a criminalidade, a fome, hoje estão agravadas pelo desemprego e necessário se faz tomar urgentes medidas para, pelo menos, amenizar a situação caótica da grande maioria da população iguaçuense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que sua pessoa seja indicada para representar o Poder Legislativo nos dias 12 e 13 do mês fluente, período este em que, a convite da Universidade Estadual de Ponta Grossa, através da Comissão de Coordenação, integrará, na qualidade de participante, sobre o tema: "Manipulação Ideológica nas Relações Sociais" da "Semana do Serviço Social", promovida por aquele estabelecimento de Ensino Superior.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A "Semana de Serviço Social", levada a efeito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, através de seu Departamento de Educação, nos dias 09 a 15 do mês em curso, reveste-se de maior importância, pois que reunirá profissionais do mais alto nível, para o debate e desenvolvimento de trabalhos atinentes aos problemas sociais, tão acentuados em nosso País e carentes de um estudo mais acurado.

O convite formulado por aquela Universidade para abordar o tema "Manipulação Ideológica nas Relações Sociais" nos dará o ensejo de, como professor universitário e representante da cidade de Ponta Grossa nesta Casa, prestarmos a nossa colaboração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, sejam oficiadas informações e providências à SEED — Secretaria de Estado da Educação e a SESB — Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social a respeito dos cursos de especialização em Saúde Pública que estão sendo promovidos em Curitiba e Londrina, pela Associação de Ensino de Ribeirão

Preto; Centro de Pós-Graduação e Faculdade de Administração – UNAERP, conforme justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Há dias tem nos despertado atenção a grande procura de informações por parte de profissionais de saúde das várias áreas a respeito dos cursos de pós-graduação, sob regime de especialização em Saúde Pública, oferecidas por uma entidade denominada Associação de Ensino de Ribeirão Preto - UNAERP.

Esta entidade que se apresenta como sendo reconhecida pelo Governo Federal (Port. Ministerial 842/79), já realizou nos últimos anos, vários cursos em Curitiba, conveniados com a Faculdade Espírita Paraná - Santa Catarina. Recentemente deu início a mais um curso na cidade de Londrina, anunciando para breve a abertura de outro.

Desconhecendo qualquer referência sobre a entidade educacional promotora dos mencionados cursos e alertados para o fato de que neste nosso País tem se proliferado a prática da mercantilização do ensino, preocupa-nos a possibilidade da população paranaense estar sendo, mais uma vez, vítima de sagazes vendedores de diplomas com pouca ou nenhuma validade científica e cultural.

Esta nossa preocupação se prende não só à suspeita de dezenas de profissionais estarem sendo ludibriados em seu propósito de aprimoramento intelectual, mas também estarem sendo lesados financeiramente, já que o preço do curso (matrícula e mensalidades) totaliza Cr\$ 180.000,00, representando no caso de Londrina, uma arrecadação de Cr\$ 18 milhões. Preocupa-nos sobretudo a possibilidade de termos a curto prazo, um contingente de profissionais falsamente habilitados para os assuntos de planejamento e administração de serviços de saúde, o que sem dúvida alguma representaria uma ameaça à saúde do povo paranaense.

Neste caso, com muito maior gravidade, já que se trataria de profissionais pseudo-preparados para decidir sobre medidas de alcance coletivo. Bem diferente, portanto, em termos quantitativos, evidentemente do que se tratasse de profissionais dirigidos à prática de prestação individual de ações de saúde.

Diante dessas preocupações e antes de nos decidirmos a tomar a iniciativa desta solicitação de informações e de providências à SEED e à SESB, buscamos obter mais alguns dados a respeito. Conseguimos os seguintes:

1. Os cursos realizados anteriormente não eram reconhecidos pela administração do governo passado;

2. A pessoa que se apresenta como organizador e coordenador dos cursos chama-se Juarez de Queiróz Campos e embora ostente os títulos de professor-doutor do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Higiene da USP, em regime completo (?) já deixou de sê-lo. Os motivos não são bem esclarecidos até o momento, mas sabe-se que o referido professor foi um dos idealizadores do Programa de Assistência Médica do Sr. Silvio Santos, de duvidosa credibilidade;

3. A referida entidade promotora dos cursos, UNAERP, não mantém nenhum relacionamento com a Faculdade de Higiene da USP, tem, isto sim, uma proposta educacional totalmente antagônica aos modernos princípios de saúde pública. Aliás, a referida entidade não goza dos melhores conceitos no meio universitário paulista, justamente por ser conhecida como mantenedora de cursos de fins de semana;

4. A UNAERP, que não é propriamente uma universidade, não passando de uma associação de Escolas Isoladas, não possui credenciamento para realizar cursos de pós-graduação e muito menos quando levados a efeito fora de sua sede;

5. Os cursos são anunciados como tendo duração de 800 horas/aulas (400 teóricas e 400 práticas). No entanto, o cálculo das aulas a cada 15 dias durante 34 semanas dão-nos um total de 272 horas/aula. Além do mais, a Resolução 14/77 do CFE, exige como carga horária mínima para um curso ser considerado

de especialização, o total de 360 horas/aulas, não podendo ser computado neste cálculo o tempo dedicado à elaboração de monografia.

Diante de tudo isto, nos sentimos no dever de exigir informações e providências. Achamos prematura qualquer acusação de "picaretagem educacional", mas esperamos o pronto esclarecimento da situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em oito de maio na cidade de Itambaracá, do Sr. KIETIRO OUTIKI.

Tal passamento vem de causar profunda consternação à sociedade itambaracaense, tendo em vista a estima que desfrutava Kietiro Outiki, conhecido por "Girô" naquela cidade.

Nascido em Birigüi, no Estado de São Paulo, veio a Itambaracá, onde se instalou. Eleito vereador em 1955, exerceu o cargo de Presidente da Câmara, posteriormente foi eleito Vice-Prefeito e Prefeito Municipal em 1972.

Na sua gestão, suas principais realizações foram o asfaltamento da Rodovia PR-436 - Itambaracá - Bandeirantes, a instalação do Ginásio de São Joaquim do Pontal e Escola Mirazinha Braga; asfaltamento de 25 mil metros quadrados de ruas e avenidas do município; ampliação do sistema de abastecimento de água; aquisição de veículos para o município, tais como motoniveladoras, caminhões basculantes, ambulância e outros para transporte de escolares.

Casado com a Sra. Yoshie Noguti Outiki, deixa 5 filhos maiores e 11 netos.

Pelas qualidades de homem público que foi e de chefe de família, justo que se registre tal evento, numa homenagem póstuma, a quem muito de si deu em prol do desenvolvimento de Itambaracá, e por conseguinte, do nosso Estado.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Itambaracá.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Comissão Executiva, nos termos do Regimento Interno, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, para os efeitos devidos, das Propostas aprovadas pelo I Fórum de Debates da Assembléia Legislativa, realizado no dia 27 de abril de 1983, que vão anexas.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(aa) Trajano Bastos - Presidente

Gernote Kirinus - 1.º Secretário

Francisco Escorsin - 2.º Secretário

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 46/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criada em caráter obrigatório, a disciplina NOÇÕES BÁSICAS DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, pertencentes à rede estadual de educação.

Art. 2.º — A Secretaria de Estado da Educação, em convênio com a Coordenadoria de Educação de Trânsito do DETRAN ministrará cursos de especialização para a formação de professores que lecionarão a disciplina criada no artigo anterior.

Art. 3.º — O Poder Executivo regulamentará por Decreto, a aplicação desta lei, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 4.º — Os efeitos desta lei entrarão em vigor a partir do ano letivo de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

O ensino de "Noções Básicas de Legislação de Trânsito", nas escolas de primeiro e segundo graus, pertencentes à rede estadual de educação, é medida de grande alcance social, visto que estaremos inculcando no cidadão de respeito, obediência às leis de trânsito, cuja inobservância tantas vidas tem custado.

Os efeitos benéficos também serão notados de imediato, ao se ensinar às crianças como andar com segurança pelas vias públicas.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio dos nobres Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faz hoje, 221 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo desfruta involuntariamente da hospitalidade da Polícia Militar do Paraná, injustamente condenado pela Lei de Segurança Nacional.

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, para fazermos o encaminhamento de um requerimento, pedindo informações e providências à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Educação, em torno da realização, no Paraná, de cursos de especialização em Saúde Pública, promovidos por entidades que, em seguida, justificamos as razões: (Lê o requerimento e justificativa):

"O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado informações e providências a SEED - Secretaria de Estado da Educação e a SESB - Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a respeito dos cursos de especialização em Saúde Pública que estão sendo promovidos em Curitiba e Londrina pela Associação de Ensino de Ribeirão Preto; Centro de Pós-Graduação; Faculdade de Administração (UNA-ERP), conforme justificativa em anexo.

N. Termos

P. Deferimento,

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1983.

JUSTIFICATIVA:

Há dias tem nos despertado a atenção a grande procura de informações, por parte de profissionais de saúde de várias áreas, a respeito dos cursos de pós-graduação, sob regime de especialização em Saúde Pública, oferecidos por uma entidade denominada Associação de Ensino de Ribeirão Preto (UNA-ERP).

Esta entidade que se apresenta como sendo reconhecida pelo Governo Federal (Port. Ministerial 842/79), já realizou, nos últimos anos, vários cursos em Curitiba, conveniados com a Faculdade Espírita Paraná-Santa Catarina. Recentemente, deu início a mais um curso na cidade de Londrina, anunciando para breve a abertura de outro.

Desconhecendo qualquer referência sobre a entidade educacional promotora dos mencionados cursos e alertados para o fato de que neste nosso País tem-se proliferado a prática da mercantilização do ensino, preocupa-nos a possibilidade da população paranaense estar sendo mais uma vez vítima de sagazes vendedores de diplomas com pouca ou nenhuma validade científica e cultural.

E esta nossa preocupação se prende não só à suspeita de dezenas de profissionais estarem sendo ludibriados no seu propósito de aprimoramento intelectual e também estarem sendo lesados financeiramente, já que o preço do curso (Matrícula e mensalidades) totaliza Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros), representando no caso de Londrina uma arrecadação de Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros). Preocupamos sobretudo a possibilidade de termos a curto prazo um con-

tingente de profissionais falsamente habilitados para os assuntos de planejamento e administração de serviços da saúde, o que sem dúvida alguma representaria uma ameaça à saúde do povo paranaense.

E neste caso, com muito maior gravidade, já que se trataria de profissionais pseudo-preparados para decidir sobre medidas de alcance coletivo. Bem diferente portanto, em termos quantitativos, evidentemente, do que se tratasse de profissionais dirigidos à prática de prestação individual de ações de saúde.

Diante destas preocupações e antes de nos decidirmos a tomar a iniciativa desta solicitação de informações e de providências à SEED e à SESB, buscamos obter mais alguns dados a respeito. Conseguimos os seguintes:

1 — Os cursos realizados anteriormente não eram reconhecidos pela administração do Governo passado;

2 — A pessoa que se apresenta como organizador e coordenador dos cursos chama-se Juarez de Queiróz Campos e embora ostente os títulos de professor-doutor do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Higiene da USP, em regime completo (?!), já deixou de sê-lo. Os motivos não são bem esclarecidos até o momento, mas sabe-se que o referido professor foi um dos idealizadores do Programa de Assistência Médica do Sr. Sílvio Santos, de duvidosa credibilidade;

3 — A referida entidade promotora dos cursos, UNAERP, não mantém relacionamento algum com a Faculdade de Higiene da USP, tem isto sim, uma proposta educacional totalmente antagônica aos modernos princípios de saúde pública. Aliás, a referida entidade não goza dos melhores conceitos no meio universitário paulista, justamente por ser conhecida como mantenedora de cursos de fins de semana;

4 — A UNAERP, que não é propriamente uma universidade, não passando de uma associação de Escolas Isoladas, não possui credenciamento para realizar cursos de pós-graduação e muito menos quando levados a efeito fora de sua sede;

5 — Os cursos são anunciados como tendo duração de 800 horas/aula (400 teóricas e 400 práticas). No entanto, o cálculo das aulas a cada 15 dias, durante 34 semanas, dão-nos um total de 272 horas/aulas. Além do mais, a Resolução 14/77 do CFE exige como carga horária mínima para um curso ser considerado de especialização o total de 360 horas/aulas, não podendo ser computado neste cálculo o tempo dedicado à elaboração de monografia.

Diante disso tudo, sentimo-nos no dever de exigir informações e providências. Achamos prematura qualquer acusação de "picaretagem educacional", mas esperamos o pronto esclarecimento da situação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante disto tudo, das informações que nos vêm chegando e dos dados que conseguimos obter através de contatos com a Universidade de São Paulo e com a Secretaria de Estado da Saúde, de São Paulo, sentimo-nos no dever de exigir informações e providências; achamos prematura qualquer acusação de "picaretagem educacional", mas esperamos o pronto esclarecimento da situação e inclusive a interrupção dos cursos que vêm sendo realizados, no momento.

Era só, e agradeço a atenção. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O equívoco agora é com a saúde do Paraná.

Se não bastassem os lamentáveis acontecimentos que temos assistido nos últimos dias, hoje precisamente, nesta data, dia 11, estamos observando, mais uma vez, o lamentável equívoco da equipe do Sr. José Richa.

A Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social que havia anunciado, desde o início da semana, a mobilização, a nível de Paraná, para a vacinação em nosso Estado, lamentavelmente, quando nós nos propusemos e nos propomos como um todo, em termos de Estado, a, nesta oportunidade, vacinar em torno de um milhão e cem mil crianças, vemos, olhamos e assistimos e lamentamos, mais uma vez, este equívoco de mais um Secretário de Estado. Não é possível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pois esta vacinação já desde 1980 que o Governo do Estado, junto com o Ministério da Saúde do Governo Federal, implanta duas vezes ao ano, qual seja, normalmente no mês de junho e no mês de agosto, sempre aos sábados, esta vacinação, e o Paraná que conheceu no final de 1979 a 1980 um surto de poliomielite, mais do que outros Estados, tem uma obrigação moral de que os seus administradores estejam atentos para esta situação, em especial para a questão da vacinação da Poliomielite de que já fomos vítimas.

Sabemos que as vacinas poderão ser encontradas nesta data, neste dia 11, que é o que o Sr. Secretário de Estado havia anunciado para a população do Paraná, sabemos que existe à disposição de todos, não apenas a vacina da paralisia infantil como também temos e sabemos que existe a vacina contra o sarampo, a difteria, o tétano, coqueluche, tuberculose e demais; mas é lamentável, pois a chamada é justamente um alerta para o povo e a mobilização é necessária em termos de Brasil, daí lamentar o ocorrido e isto faz com que desacredite a população da Secretaria da Saúde Pública, perante esta própria opinião do povo e até pode prejudicar a mobilização da população para a próxima campanha, que será no próximo dia 11 de junho, quando ela realmente será deflagrada num sábado.

Para encerrar este nosso pronunciamento, hoje, queremos lembrar e fazemos questão de que não mais se esqueça e não mais se pronuncie outro dia, a não ser o já destinado, este dia destinado ao dia nacional da vacinação contra a paralisia infantil, a nível de Brasil. O nosso dia 11 de junho, para que o Sr. Secretário Luiz Cordoní Júnior saiba se prevenir contra estas ocorrências, pois um pequeno lapso como este, denigre a imagem de uma Pasta e prejudica também a convivência da comunidade.

Eram estas as nossas palavras nesta tarde, no momento em que procuraremos como sempre o fizemos e participamos em outras oportunidades, em outros anos, dessas vacinações que sempre, num resultado bastante feliz, conseguimos fazer praticamente a vacinação em torno de noventa e cinco a noventa e oito por cento da população infantil, qual seja, a mais atingida e a qual sempre procuramos chegar que é a da faixa etária, até os cinco anos de idade.

Queremos consignar, nesta data, o ocorrido e lamentar profundamente e para que não se torne uma rotina esses equívocos das Secretarias, pedimos sinceramente ao Governo José Richa que, agora inicia o seu trabalho, amparado por uma votação e por uma população que muito espera do seu Governo que realmente venha a público e cobre dos seus assessores, dos seus Secretários, um trabalho honesto e condigno com a sua proposta para com o Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor Presidente, Srs. Deputados. Foz do Iguaçu, nos últimos dez anos, teve um crescimento até certo ponto assustador em decorrência da construção da Barragem de Itaipu.

Foz do Iguaçu, que era uma pequena cidade, que possuía aproximadamente 40 mil habitantes, passou de uma hora para outra, a possuir aproximadamente 150 mil habitantes, um crescimento, ou melhor dizendo, um inchamento, um inchaço que

sofreu a cidade de Foz do Iguaçu. Bairros e mais bairros se proliferaram nas periferias da cidade de Foz do Iguaçu, sem a devida prestação de serviços de infra-estrutura nesses bairros. Mas hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com a praticamente desativação de Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu depara-se com um dos mais graves problemas até hoje enfrentado por aquela comunidade. Itaipu que já absorveu até 30 mil trabalhadores na construção da barragem, hoje absorve a mão-de-obra de apenas dez mil trabalhadores.

E note bem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que só aí sobram para Foz do Iguaçu aproximadamente 20 mil desempregados. Mas a situação ainda é mais grave, pois que muita gente trabalhava não na Itaipu, mas que vivia em função indireta de Itaipu, explorava o pequeno comércio nos bairros onde mora toda a população que trabalhava em Itaipu, que vivia em função indireta, como disse no início por parte de Itaipu. Todo esse pessoal está com os seus pequenos comércios falindo, o comércio de Foz do Iguaçu que era pujante, também teve um grande decréscimo, e está sofrendo sérias consequências. As lojas de grande porte estão demitindo muita gente.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Foz do Iguaçu, hoje, uma cidade com 150 mil habitantes, que possui hoje, aproximadamente 30 mil desempregados e notem bem, não são 30 mil dos 150 mil habitantes, mas sim, 30 mil pais de famílias o que corresponderia certamente somados seus dependentes, cinquenta por cento da população de Foz do Iguaçu está desempregada.

Estamos vivendo um clima tenso e ainda ontem aconteceu um fato que refletiu essa realidade sobre Foz do Iguaçu. E nós não podíamos estar despreocupados com essa situação. Percebemos e sentimos em Curitiba, uma medida de grande alcance por parte do Governo do Estado do Paraná, coisa inédita no Estado do Paraná, que foi a autorização por parte do Governo para que a COPEL e a SANEPAR não desligassem, não interrompessem o fornecimento de água e de energia elétrica para os desempregados de Curitiba que realmente comprovem tal situação.

O mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se justifica e certamente deverá ser aplicado em Foz do Iguaçu, pois que como falei no início, Foz do Iguaçu está numa situação de calamidade, situação difícilíssima e hoje, certamente, é uma das cidades que tem maior índice de desemprego na sua proporção em todo o Brasil.

Estamos reivindicando através de um requerimento que certamente merecerá o apoio de todos os Deputados desta Casa, enviado ao Sr. Governador que tem como súmula o seguinte:

“REQUER que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, solicitando a não interrupção de fornecimento de água e energia elétrica aos desempregados de Foz do Iguaçu. Certamente isso fará com que aquela massa de desempregados que estão em Foz do Iguaçu, não se dirijam para os grandes centros, até mesmo Curitiba, engrossando ainda mais as favelas e criando maiores problemas aqui na Capital do Estado.

O problema do desemprego generalizado e o importante é esse pessoal se fixe no local onde estão, para evitar essa migração desenfreada. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era esse o assunto que trago à tribuna hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente a explanação do Deputado Sérgio Spada de Foz do Iguaçu e louvamos a sua atitude e achamos que ele está por fora da realidade. Porque sabia ele e sabiam todos que problema de Itaipu é efêmero, como tudo é efêmero na

vida. Que ao terminar a obra Itaipu haveria de gerar o desemprego. Então, com o tirocínio desse magnífico e magnânimo Secretariado do Governo José Richa deveriam achar uma solução para os desempregados de Itaipu.

Porque Itaipu foi uma obra nacional e binacional e que gerou empregos enquanto essa obra precisava de empregos. Agora, não foi uma tapeação, não foi um canto de sereia, Deputado Sérgio Spada, a vir Vossa Excelência querer responsabilizar Governo, de uma coisa programada, de uma coisa onde o Governo brasileiro com o Governo paraguaio talvez tivessem feito uma obra faraônica, muitas vezes censurada desta tribuna por Deputados do seu partido.

E hoje vem Vossa Excelência a lamentar, a pedir para que os pobres e os coitados dos operários de Itaipu que foram para lá e sabiam que havia uma duração certa para o término daquela obra. Quem lá foi não foi iludido, foi sabendo que tudo é efêmero.

Vossa Excelência como um bom Deputado, como moço que está neste momento numa trajetória política ascendente, com esta beleza deste Secretariado que não dá dor de cabeça para o Governador José Richa, deviam achar uma solução, ao invés de fazermos desta Assembléia um muro de lamentações.

Não devíamos pedir favor e sim pleitearmos os nossos direitos, porque meu pai já dizia, não peça favores, pleiteie os seus direitos.

E o direito que tem o Governo do Estado, o direito que tem essa beleza desses Secretários, que possa o Governador a vir a um programa de televisão e pedir desculpas no caso do patrilhamento indevido.

Isto, Sr. Deputado Sérgio Spada, é muito mais sério do que Itaipu; muito mais sério do que todas as vergonhas do Paraná e do Brasil; e se forçar um Governador eleito pelo povo, de qualidades peculiares do homem do interior a vir a se penitenciar publicamente com apenas dois meses de Governo, e pedir desculpas para o partido constituído, pela ineficiência e pelos métodos do seu Secretariado.

Então é isto o que nós temos que ver antes que a vaca vá para o brejo com corda e tudo. Porque errar é humano e perdoar é divino, mas persistir no erro é burrice.

E nós como paranaenses, como pagadores de impostos, exigimos que estas notas nos jornais para impedir a invasão de terras num governo confiável, como o do Governo José Richa que humildemente pediu desculpa. A sua grandeza hoje nós reconhecemos, e só tem uma coisa a fazer: é remanejar ou acertar o seu Secretariado, para que ele não persista no erro como dizíamos nós, "errar é humano; perdoar é divino". Mas diga ao Governador José Richa que persistir no erro é burrice e se ele continuar persistindo com esse Secretariado sem capacidade, com todo o respeito, dizemos que está insistindo na burrice.

Porque não é justo, não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa do meu Paraná, o que está acontecendo, uma grande parte do Secretariado não digo todos, porque lá existem, conforme falou o meu amigo Hermas Brandão, outros homens equilibrados na Secretaria de José Richa, mas também quanta burrice numa vez só.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com satisfação, queremos registrar, nesta Casa, no dia de hoje, que foram enviados pelo Executivo ao Congresso, para discussão e aprovação, o novo Código Penal, o Código de Processo Penal e a Primeira Lei de Execução Penal do País, preocupação constante de políticos, juristas e pessoas interessadas na reorganização do processo penal no Brasil.

Após demandas e muitos estudos, o Executivo envia para o Congresso Nacional para a devida aprovação o Novo Código Penal. Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o Ministro Abi Ackel afirma que a Legislação Penal continua inadequada às exigências da sociedade brasileira.

A pressão dos índices de criminalidade e de suas novas espécies; a circunstância da medida repressiva como resposta básica ao delito; a rejeição social dos apenados e seus reflexos no incremento da reincidência; a sofisticação tecnológica que altera a fisionomia da criminalidade contemporânea são fatores que regem o aprimoramento dos instrumentos jurídicos de contenção do crime, ainda os mesmos concebidos pelos juristas da primeira metade do século. Diz ainda que para tornar exequível um tratamento penal eficaz, o projeto institui individualização da pena de acordo com o delito e as características do criminoso, estabelecendo ainda os regimes progressivos de aplicação do Regime Fechado, Regime Semi-Aberto e Aberto.

Mas, em pronunciamento, há dois dias nesta Casa, fazíamos uma análise do "sistema carcerário" do Paraná, e vemos com alegria que será adotado em nosso País um Código Penal mais eficiente para proteger a sociedade e para procurar devolver aos próprios cárceres a condição de reeducador das pessoas que tenham praticado crimes contra a sociedade. Queremos chamar a atenção, uma vez mais desta tribuna: de nada adiantará o novo Código Penal, de nada adiantará a Primeira Lei de Execução Penal do País, se não nos preocuparmos, os Governos dos Estados em dotarem as Penitenciárias de condições favoráveis para recuperação dos criminosos; de nada adiantará termos um projeto aprovado e transformado em lei se não melhorarmos as condições dos cárceres através da especialização das pessoas responsáveis pelo cuidado dos detentos e não nos preocuparmos, além de colocar os policiais para guardar a segurança dos presídios, colocarmos também especialista capazes de reeducar aqueles encarcerados.

Queremos, portanto, neste dia, unicamente, desta tribuna, registrarmos a nossa satisfação, como detentores do mandato e como advogados que somos, preocupados com o aumento da criminalidade neste País e com a superlotação dos cárceres, registrar nossa alegria pelo envio ao Congresso Nacional do novo Código Penal, do Código de Processo Penal e da Primeira Lei de Execução Penal do País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atendendo aos apelos insistentes do Líder da Minoria, atendendo e acreditando na seriedade destes apelos, trago a este plenário hoje algumas propostas sobre a Democracia participativa, principalmente na sua vertente mais importante, que é o Poder Municipal.

Dedico esta minha intervenção de hoje à seriedade dos debates desta Assembléia e ao meu particular amigo, hoje ausente, Deputado Gabriel Sampaio, tão curioso, tão interessado e tão desinformado sobre as questões da democracia participativa.

O PMDB tem acumulado estudos e propostas alternativas para a sociedade brasileira. O partido conta com técnicos e especialistas que produzem propostas para cada setor da administração do Estado. O Governo Richa produziu suas diretrizes e, realizada a devida redução sociológica, são diretrizes também para os municípios. O Partido assume os Governos estaduais armados com alternativas para todos os setores. No entanto, só chegaremos à plena democracia após a erradicação do autoritarismo pela raiz e pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

A tarefa principal é criar as condições políticas para que o povo participe. Demonstrar, na prática, como é possível o caminho da democratização da sociedade.

É este o problema do Governo Montoro. É este o problema do Governo Richa. E é neste aspecto que pretendo centrar a minha atuação nesta Legislatura: como democratizar a administração pública.

Analisaremos hoje o problema das Prefeituras dentro do contexto nacional. A Reforma Tributária de 1965 liquidou a autonomia municipal. As Prefeituras perderam recursos e agilidade. Hoje muito pouco do que o município arrecada no seu espaço físico a ele reverte. Com as transferências do ICM e do Fundo de Participação, a arrecadação municipal chega talvez a quatorze por cento. No mais, os municípios dependem de verbas federais e estaduais.

Só para ilustrar esta exposição, nos Estados Unidos se retém no município quarenta e seis por cento dos impostos arrecadados. Na Inglaterra, quarenta e um por cento. Na Itália, trinta e quatro por cento das receitas arrecadadas ficam retidas no município que as arrecadou.

Os impostos e as taxas de competência dos municípios brasileiros são o IPTU, o ISS, o poder de Polícia, a prestação de serviço e a contribuição de melhoria. As possibilidades de arrecadação não são grandes. Mas mesmo assim, não sendo grandes, são muito mal orientadas. O IPTU é injusto, não acompanha a valorização real da área. A contribuição de melhoria é mal cobrada, quando é cobrada. Tudo se organiza em função das pressões que o Poder Público venha a sofrer.

Uma administração com respaldo popular, pode melhorar bastante essa situação, mesmo quando se sabe que a crise é grande. Não seria mal lembrar, por exemplo, que o IPTU corresponde nos EEUU a quinze por cento da receita bruta enquanto que no Brasil esse imposto não excede a um e meio por cento da receita bruta do território nacional.

Se os recursos são poucos, mais um motivo para que sejam usados em benefício do maior número de pessoas, convém no entanto deixar claro, que o mal em um país em desenvolvimento como o Brasil, não é o estado nacional de recursos, o mal é o estado nacional não ser popular, o caminho é melhorar a arrecadação municipal, utilizando e transferindo alguns tributos federais, realizando uma reforma tributária, que se preocupe mais com a distribuição da renda, do que com o esvaziamento do Governo Federal.

Reformas e projetos específicos para ressaltar os problemas do município de há muito existem, estudados, relacionados e arquivados.

Temos o projeto do solo criado o direito de superfície que separa a propriedade do direito de construir e muitos outros projetos.

Jorge William, no seu livro "Projeto São Paulo", relaciona uma série de projetos possíveis, o que falta ao município é fazer política para enfrentar e incrementar medidas.

Falta espaço democrático, disto temos que tratar, hoje estamos dando seqüência a uma de nossas propostas de campanha eleitoral.

Trazemos para um plenário aberto, a discussão dos políticos do PMDB, para as grandes e médias cidades do Paraná e isto ocorre, durante ou na ocasião da maior crise econômica financeira e social que o Brasil conheceu em sua história.

Se é verdade que o Governo Federal até ontem rolava a dívida externa, é mais verdade que hoje ele está completamente enrolado por ela.

Neste quadro, se a vantagem e importância de que Estados e cidades sejam administrados por políticas que tenham sólidos compromissos com os interesses das maiorias.

O compromisso programático do nosso partido, é com a organização do povo, com as reformas profundas da sociedade e com a democracia. O compromisso maior é o de transformar em

prática de massas o exercício da democracia.

A democracia que administra o Estado com o cidadão, enquanto no processo tecnocrático e autoritário se erige o técnico, como a melhor figura. O técnico que tem o conhecimento setorializado sem a visão de conjunto da sociedade e que não sente as dificuldades e agruras do dia a dia do povo.

Respeitamos o técnico; mas pretendemos submetê-lo às necessidades das propostas políticas urdidas pelo partido, atendendo ao reclamo das maiorias populares. Através das Prefeituras conquistadas pelo PMDB em todo o País, temos vivido experiências de democracia participativa, com maior ou menor sucesso. Da análise crítica dessas experiências, se origina o projeto que vamos apresentar. Para entendermos com clareza que o que é democracia participativa, precisamos estabelecer a correta relação entre democracia representativa e democracia direta.

Democracia representativa é aquela em que o povo é representado pelo Parlamentar, eleito pelo voto direto e indicado, no caso brasileiro, por partidos políticos. E é o partido que mede e avalia o seu mandato. Caso o Parlamentar mandatário não cumpra os seus compromissos programáticos, pode ter o seu mandato cassado pelo partido, se este for forte, democrático e organizado.

Na democracia direta, o cidadão não se faz representar; participa de cada questão, através de assembléias.

O processo da democracia direta é limitado pela dificuldade de que todos participem de assembléia, para resolver cada caso que se coloca.

As assembléias se mobilizam diante de reivindicações comuns e se desmobilizam quando os objetivos são alcançados ou quando os objetivos não são alcançados.

Com a densidade demográfica do Estado Moderno, é impossível que os cidadãos se coloquem todos juntos, em praça pública, para resolver cada questão. No entanto, a democracia direta é pedagógica; formadora da consciência política e complementa a democracia representativa e parlamentar.

Normalmente ela ocorre pela manifestação ampla dos cidadãos, através de seus movimentos e entidades que podem viver internamente também, um processo de representação, onde se elegem mandatários para cumprir determinadas tarefas.

A democracia participativa é o processo onde se integram assembléias populares; movimentos ou entidades, com os representantes parlamentares.

Esta democracia participativa é o objetivo programático do Governo PMDB na gestão José Richa. Os anos, de autoritarismo nos deixaram muitos anos da democracia participativa. O próprio Parlamento teve a sua competência reduzida a mera atividade homologatória.

Uma proposta democrática, para Prefeituras de oposição, deve restabelecer de fato a competência das Câmaras Municipais, para discutir matérias orçamentárias e priorizar recursos, além de criar condições administrativas para a participação popular. Não apenas condições administrativas mas também estabelecer políticas sociais e de cultura, que anime a sociedade para participar da construção de sua cidade.

A questão central é de como as novas administrações irão valorizar a participação popular ao tempo em que recuperam a competência de Vereadores, viabilizando o processo de democracia participativa.

A participação do povo nas novas administrações municipais, principalmente neste contexto de crise, se tornam imprescindíveis pela seguinte razão: a participação popular torna possível o melhor conhecimento das situações concretas. Têm-se um quadro mais real dos problemas a serem resolvidos antes da elaboração dos projetos.

Isto é conseguido através das discussões nas assembléias, nas associações de bairros, nos movimentos de entidades organizadas. É conseguido pelas pesquisas de opinião e pelos documentos produzidos pela população. Uma das vias de participa-

ção popular é ainda a proposta da tribuna livre nos parlamentos estaduais e municipais.

A participação do povo inverte a situação atual em que pesquisas são realizadas apenas para justificar projetos.

Agora são as necessidades de reivindicações populares que deflagram o processo de planejamento. Fica para trás a época das pesquisas encomendadas para justificar projetos já prontos e com verbas liberadas.

Abrem oportunidades para que se realize um amplo processo de críticas aos projetos das Prefeituras apontando seus pontos fracos e identificando as reais possibilidades de realizações.

A população estabelece as suas próprias prioridades que podem não ser as prioridades de um técnico que não vive a vida comunitária e não sente o cotidiano do povo.

Por exemplo, terrenos baldios e edifícios abandonados que pelo seu pequeno porte passam despercebidos pela administração municipal, são facilmente detectados pela população e transformados em áreas de lazer, ou equipamento urbano.

A transparência obtida pela participação popular facilita a cobrança dos prazos adequados dos projetos elaborados e aprovados.

Quando o povo sabe o que faz e participa do processo do por que fazer está naturalmente mobilizado para zelar pelo bem comum, evitando as depredações de equipamentos urbanos que tão bem conhecemos mesmo aqui em Curitiba. A própria legislação municipal deixa de ser uma imposição tecnocrata enfiada goela abaixo da Câmara de Vereadores. Passa a ser o resultado de uma integração executiva Câmara-população e por isso, voluntária e facilmente respeitada.

O povo passa a zelar pelo patrimônio público contra as incursões de interesses minoritários, ou grupos econômicos organizados.

Finalmente, participando do jogo de pressões e contra-pressões dentro da cidade a população se politiza na medida em que faz valer seus direitos contra os interesses dos grupos minoritários organizados.

As medidas práticas para que esta participação se efetive passam pela desconcentração da administração no sentido de se aproximar as Prefeituras do povo. E estas medidas de desconcentração não são propostas novas. Nova é a proposta de desconcentrar para aumentar a participação da capacidade de decisão do povo na administração das cidades.

Propomos que esta desconcentração seja subordinada a critério de zonas homogêneas, agrupando vários bairros conforme identidades demográficas, físicas e sócio-econômicas.

Numa primeira avaliação, considerando por hipótese a Cidade de Curitiba, esta pelo seu porte teria de quatro a seis unidades administrativas, cada unidade seria estruturada em dois níveis.

O primeiro de desconcentração burocrática, dos principais Departamento e Secretarias, as Diretorias de Desenvolvimento Social, Educação, Obras, Urbanismo e Administração.

O segundo, um nível consultivo composto por um conselho de entidades, associações, movimentos, igrejas, clubes e todas as formas pelas quais a população se organiza para levar a frente as suas reivindicações.

A competência do órgão desconcentrado seria limitada dada a impossibilidade de se subordinar a amplas políticas setoriais, como transporte de massa ou rede de água e esgoto à visão restrita de área.

Algumas políticas exigem uma visão abrangente da cidade ou mesmo do conjunto de regiões metropolitanas.

O órgão desconcentrado estaria capacitado para a aprovação de projetos uni-familiares para organizar serviços urbanos restritos tais como coleta de lixo, limpeza pública, construção de pequenas obras e elaborar pequenos projetos de construção.

O órgão consultivo seria autônomo, responsável pelo seu próprio Regimento Interno e se mobilizaria em torno das reivindicações específicas da população.

A atividade do planejamento do órgão da administração desconcentrada teria um caráter permanente, partiria de um levantamento da situação atual das áreas de sua competência, analisando as faltas do serviço, as lacunas a serem preenchidas, a análise comparativa das faltas dos diferentes bairros, levaria ao estabelecimento de prioridades de intervenção que serviriam de base para a fixação de objetivos.

Superados os conflitos de objetivos entre bairros de uma mesma zona de desconcentração, estes objetivos seriam compatibilizados e escalonados em função das disponibilidades orçamentárias.

À medida que os objetivos fossem sendo executados seus resultados seriam incorporados à análise de novas situações que determinariam por sua vez novas prioridades e novos objetivos.

A Câmara dos Vereadores resolveria conflitos entre o órgão de Administração Concentrada e o Órgão Consultivo, quando esses conflitos existissem.

A Câmara de Vereadores e os órgãos de planejamento das Prefeituras avaliariam as experiências e recomendações dos órgãos descentralizados, interpretando-os no processo dinâmico de planejamento da cidade.

Vale dizer estamos rejeitando o processo do urbanismo estático que fixa objetivos, sem levar em conta disponibilidades orçamentárias e o escalonamento das propostas dos projetos no tempo e no espaço.

O projeto estático imagina ser permanente a correlação de forças políticas e sociais numa cidade.

No entanto, em países novos, como é o caso brasileiro, essas forças são extremamente dinâmicas.

Um plano de urbanismo não pode ser uma camisa de força para a sociedade nem um instrumento de segregação espacial para as maiorias desfavorecidas.

Majorias que o PMDB pela sua prática e pelo seu programa quer representar.

A cidade deve ser a obra coletiva dos seus moradores, ou fica tudo como está.

Lamento que o atendimento ao apelo, por minha parte, da Liderança do PDS, para tratar de questões sérias nesta Assembléia, o apelo e as indagações desinformadas de Deputados como nosso ilustre amigo Gabriel Sampaio, não tenham obtido, nesta ocasião, resposta e participação. Não contamos, hoje, aqui, com a honra e a possibilidade de debater questões sérias da democracia brasileira com um partido que, com algumas honrosas exceções, tem se transformado numa "patrulha rodoviária" a se preocupar com pequenas questões de erros menores da Administração do PMDB. Já disse uma vez, nesta Casa, que a mim parecia que o PMDB, para levar a sério sua proposta de Governo, teria que ser sua própria oposição. Hoje, vejo que esta minha observação se concretiza no dia-a-dia dos debates desta Assembléia. Que assim seja; que fique o PDS com a responsabilidade da fiscalização do mal uso dos automóveis públicos.

Ficaremos nós, da Bancada Majoritária, com a responsabilidade inteira de fiscalizar o Governo e de propor opções conseqüentes para o processo de democratização do País. Nosso partido é suficiente em qualidade, responsabilidade e representação para arcar com esse ônus. Melhor seria se não fosse assim. Mas se assim é, assumiremos essa responsabilidade.

O Sr. Tuguio Setogutte — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento) — Muito obrigado pelo aparte, Deputado Requião. Primeiramente, quero dizer que a colocação da bancada, não aceitamos, mesmo porque nós que estamos, neste instante, aqui, atentos a observar a sua proposta, das mais dignas e justas, e de um estudo minucioso do qual saiu e vem trazer a esta tribuna, nesta tarde, a este Plenário, esta sua proposição.

Realmente, concordamos, nós, realmente, atentamente, podemos, dentro da nossa capacidade limitada de médico que somos - e não advogado, não cultores de uma fromação como a sua - mas queríamos apenas lembrar a Sua Excelência que, apesar de ocupar a tribuna por quase vinte e cinco minutos se esquece de que, realmente, o Poder Executivo, no Brasil, é muito forte. A própria oposição teve oportunidade de ocupar Prefeituras e não conseguiu fazer dessa sua aspiração, uma realidade. Mais fácil ainda seria, como de fato o é, no momento brasileiro, essas organizações se dirigirem diretamente ao Executivo, apesar de termos as nossas Assembléias e Câmaras Municipais. Mas como Vossa Excelência ainda há pouco acabou de dizer numa situação que atravessamos de falência da classe política no Brasil, nós, neste momento, creditamos o apoio às suas palavras como nós também sempre nos colocamos, Executivo que já fomos e agora Legisladores nesta Casa, queremos dizer que, infelizmente, isso é impossível de ser realizado. Não há possibilidade; o País não comporta um pensamento, uma proposta - que acho razoável e bastante coerente - que seria o certo e o indicado para, realmente, as populações e os países de uma cultura não desfazendo da nossa cultura porque temos muitas regiões e muitas localidades com níveis culturais muito bons, - mas teríamos que, preliminarmente, iniciarmos a formação do povo brasileiro e da sua condição participativa, de seu Governo participativo, para levar, através da educação e da saúde, preliminarmente, para que, num futuro, que seja bastante breve - e quando digo futuro não digo num Governo, concordo com Vossa Excelência, nada ou pouco se poderá fazer. Mas, para 20 ou 30 anos, apresenta-se a este País uma forma que Vossa Excelência nesta tarde, tão bem, e com tanta facilidade e com tanta força de expressão traz a esta Casa uma contribuição, que estará aí gravada para os Anais da Casa, e que haverá de ter o seu ecoar durante alguns anos em futuro próximo.

Hoje, nesta tarde, temos a certeza absoluta que é impossível, é inconcebível, no momento político atual brasileiro.

Da minha parte, que já tivemos oportunidade de receber essas caravanas, e tínhamos, inclusive, uma das poucas cidades do interior funcionando, que temos nosso colega Nelson Vasconcelos, temos a nossa patrulha, sim, mas a nossa patrulha mecanizada em Umuarama, que funciona há mais de 6 anos.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta, mas comunica ao orador que o seu tempo já está esgotado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No horário destinado às Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se fará uso da palavra. Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. Falará o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há pouco, tivemos a oportunidade de ouvir o eminente Deputado Roberto Requião, trazendo a esta Casa o seu estudo referente à democracia participativa.

Para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a democracia participativa não é novidade.

Tivemos ocasião de acompanhar o trabalho de eminentes Srs. Secretários de Estado, de eminentes Governadores, que sempre procuraram ouvir as diferentes comunidades, para a realização dos objetivos maiores, de proporcionar ao povo paranaense a melhor qualidade de vida.

Ainda recentemente, estive visitando esta Assembléia Legislativa, a convite da CPI que estuda a falência dos municípios, o ex-Secretário Saul Raiz, e esse mesmo assunto, democracia participativa, foi enfocado na oportunidade. E puderam ouvir os Srs. Deputados, entre os quais Sua Excelência, o Sr. Deputado Roberto Requião, o "modus operandi" daquela

Secretaria. Todos os projetos executados em convênio com as Prefeituras Municipais foram objeto de consulta às respectivas Câmaras que no meu modo de entender, são as caixas de ressonância autênticas das municipalidades, porque ali estão homens e mulheres eleitos pelo voto direto e livre do povo.

E, quando discutiram os projetos de lei, encaminhados pelos Prefeitos respectivos, puderam os Srs. Vereadores, consultando os representados, encontrar os melhores caminhos para atender as justas aspirações e necessidades daqueles que vivem no interior do Estado.

Por outro lado, tivemos oportunidade de acompanhar o trabalho de Prefeitos Municipais da Capital do Estado, e vimos, igualmente, o interesse em ouvir os segmentos sociais para a concretização de objetivos e realização de obras.

A propósito, registro aqui com muita satisfação, diversas leis que a Câmara Municipal, de Curitiba aprovou por iniciativa de Chefes de Executivos, para proporcionar as melhores condições, para que a classe dos trabalhadores, para que os empresários pudessem efetivamente fazer valer os seus ideais. Por isso, não pode a Bancada do PDS aceitar as tentativas de minimização do trabalho que vem realizando e que realizou quando esteve dando a sustentação política aos governos que muito executaram em favor do Estado do Paraná e da nossa gente.

Já disse o nosso Líder, há algum tempo atrás, que a expressão que tem sido usada por eminentes Deputados do PMDB, querendo nos situar como patrulheiros rodoviários. Embora aceitemos como válido e nobre o trabalho dos patrulheiros rodoviários, mas não podemos aceitar absolutamente, a colocação de que estaríamos interessados apenas em observar o que estão fazendo os funcionários com os veículos do Estado. Esta é uma das atribuições sim, da Oposição, mas nós estamos vigilantes ao que acontece e cobraremos oportunamente as promessas que foram realizadas em praça pública.

E temos certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o trabalho que ao longo desses 4 anos iremos executar, será compreendido pelo povo deste Estado, porque temos uma representação tão autêntica, como é a representação dos Deputados do PMDB. Não pretendemos aqui trazer lições a eminentes companheiros de Assembléia Legislativa, mas não aceitamos que outros venham querer dar lições a nós. Somos tão responsáveis como são responsáveis os dignos Deputados do PMDB. Aceitamos o debate franco, aceitamos o debate em alto nível, estamos prontos a oferecer sugestões e a acolher sugestões, mas não aceitamos imposições e nem podemos aceitar. Porque o povo que nos elegeu não é o povo dado a aceitar imposições, mas a dialogar, a buscar soluções através de entendimento.

Por isso, lamento, ter ouvido de um tão brilhante Deputado - Roberto Requião - a quem conheço há tantos anos, essas expressões que visam minimizar companheiros seus de Parlamento.

E por isso ocupamos, Sr. Presidente, esta tribuna, para dizer ao nobre Deputado que o seu estudo foi brilhante, há reparos sim que podem ser feitos. Mas não deve ser o nobre pesquisador, ser elevado à condição de dono da verdade. Podemos discutir, podemos dialogar a respeito do seu projeto, há pontos muito válidos nele. Mas, por favor, não coloque o nobre Deputado, a Bancada do PDS, como uma bancada que não tem condições de apresentar projetos ou propostas tão importantes ou mais importantes do que a sua.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, a grande dificuldade em que o PDS acompanhe as modernas propostas da democracia brasileira, se consubstancia na própria afirmação do Deputado Tuguio Setogutte quando me apartava, que é, a falta de credibilidade no povo brasileiro. A postura ideológica da Bancada da Minoria, a leva a não acreditar que o povo seja capaz de participar da Administração, que o povo seja capaz

de se fazer representar de u'a maneira mais dinâmica do que o mandato do Vereador e do Deputado.

Quanto ao problema das patrulhas rodoviárias, realmente, a minha intenção, ao ironizar sobre esse tipo de comportamento que tem norteadado a bancada de Vossa Excelência nos últimos dias, nas últimas sessões plenárias, é exatamente fazer com que a bancada dê a colaboração que ela é capaz de dar, ao processo democrático e ao processo do Governo do PMDB, que modifique a sua política que é uma política que pode ter sucesso traduzida em manchetes de jornal - é mais uma política para vender jornal, do que uma linha política parlamentar de um partido responsável como eu acredito que é, o Partido de Vossa Excelência. Mais para escarmento, do que para ironia.

Espero que Deputados como Vossa Excelência, que Deputados como Tuguio Setogutte e tantos outros Deputados da Bancada do PDS, saiam dessa postura menor e se proponham a colaborar na grande discussão das novas linhas que orientarão o processo democrático no Paraná e no País. Este, sempre, o sentido que terão as minhas intervenções, nesta Assembléia.

Obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Apenas para dizer ao Deputado

Roberto Requião que, nunca nos ausentamos nos momentos de maior importância e da discussão dos assuntos do nosso Estado, e, aqui estaremos sempre presentes, para trazer a nossa contribuição, para trazer a nossa opinião, colhendo as manifestações do povo que representamos, sempre que necessário. E cumprimento o nobre Deputado, por ter trazido o seu trabalho de pesquisa nesta oportunidade, acho mesmo que está sendo enriquecida, esta Casa, eis que tivemos acontecimentos que foram lamentáveis há pouco tempo atrás, gerados por questões de somenos importância. E é bom que o nível de discussões alcance situações maiores, mas, não se acuse a Bancada do PDS, em não trazer a sua contribuição, pois trouxe e tem trazido, e de forma brilhante.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Agradecido a Vossa Excelência, pela brilhante maneira com que expõe o caso, ao ilustre Deputado Roberto Requião, hoje Situação.

Veja bem Vossa Excelência, Deputado Ezequias Losso, até hoje, não vimos mensagem concreta e palpável que o ilustre Governador da Maioria trouxe para esta Casa, ou para o povo do Paraná que, talvez, "fosse no canto da sereia", porque, conversa é para palanque, e o pessoal do PMDB não desencarnou ainda. Tem que desencarnar, saber que eles são Situação, que eles têm que trazer "troço" real, palpável e concreto, não adianta vir sofismar de uma tribuna que é a tribuna livre, para trazer conversa e promessa, porque de conversa o povo anda cheio.

Então digo a Vossa Excelência, agradecendo este aparte, dentro da humildade peculiar da nossa bancada, que, nós endossamos em gênero, número e grau, o seu problema, o seu propósito de lutar pelo bem estar do Paraná e da sua gente. O que não podemos admitir, Deputado Ezequias Losso, é a demagogia barata, é o que é efêmero, é o que não se pode pegar, é a nuvem de fumaça que eles querem impor ao Paraná porque eles não têm condições de governar este Estado. Se eles tivessem capacidade, antes das patrulhas, antes das demissões, eles teriam trazido um esquema e um programa de Governo para que fosse feita uma análise sincera pelas duas bancadas dentro da responsabilidade que cabe aos Deputados que vieram para cá, mandados pelo povo, dentro do respeito humano, dentro do respeito ao Sr. Governador do Estado que, até hoje, não disse nada.

Deputado Ezequias Losso, muito obrigado. Este Governo foi o maior canto de sereia que nós tivemos e vamos ter. Vossa Excelência, se Deus lhe der vida e saúde não perde por esperar. Daqui há 3 anos, haveremos de ter no Palácio Iguaçu um Governo do PDS, não para dizer ao povo mentiras, e vir com falso messianismo, mas para dizer ao povo, que errar é humano e

eles erraram talvez por omissão nossa, talvez por omissão do nosso partido. Sempre tivemos porém, a vontade férrea de trabalhar pelo Paraná e por nossa gente. Agora, de ilustrações, de conversa mole e de papagaiada, o Paraná está cheio. Eles que tragam uma mensagem para que possamos humildemente pedir desculpa à Bancada do PMDB que não desencarnou ainda e eles estão achando que são da Oposição, mas mandam no Paraná. Não é preciso vir à tribuna para falar balela, para falar bonito, falar com Ruy Barbosa que nunca ganhou eleição no Brasil, dizer palavras efêmeras, bonitas e singelas, com messianismo que não é digno da postura brasileira. Então digo a Vossa Excelência que haveremos de dizer a esses moços que errar, o povo erra uma vez só.

Muito obrigado.

O Sr. Tuguio Setogutte — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento) — Primeiramente, nobre Deputado, queria parabenizá-lo porque realmente faz uma exposição em seguida à proposta do Deputado Roberto Requião. Apenas queria fazer um reparo na minha colocação, quando digo que o povo brasileiro não acredita ou não está querendo acreditar na classe política, nós dizemos, na classe política. Não estamos nos referindo à classe política de partidos políticos. Há falta de credibilidade e essa só a nós compete darmos condições de fazer com que tenhamos novamente a posição que terá que ser alcançada à custa de trabalho, de dignidade, às custas de vir à tribuna e defender propostas condizentes como essa que o Deputado Requião traz hoje. Também como essa, que Vossa Excelência, ainda aí dessa tribuna que ocupa nesse momento, vem e nos diz com as suas próprias palavras.

Queria ainda lembrar ao Deputado Requião, que realmente ele vem e faz a explanação. Agora nós queríamos ouvir de viva voz do Sr. Governador, porque como ainda há pouco falava, o Poder Executivo no Brasil é muito fortalecido e nós legisladores que somos sempre fomos marginalizados. Daí nossa razão de estarmos empreendendo nesse momento, após ouvirmos do Deputado Anibal Khury, aquele pronunciamento em que quer colocar as bancadas no seu devido lugar, quer colocar os Deputados nos seus devidos lugares, como também do nosso líder, quando afirmou a posição de dignidade e de postura que os Parlamentares terão que ter, terão que abraçar para que sejam realmente reconhecidos, colocados naquela posição para a qual aqui nos dirigimos e aqui estamos fazendo, tentando fortalecer este Poder Legislativo neste exato momento, onde horas difíceis nós vivemos e que agora eu creio, após esses pronunciamentos desses Deputados, eles haverão de retornar ao seu devido lugar. Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Tuguio Setogutte, bem como o aparte do Deputado Gabriel Manoel, os quais vieram manifestar a esperança da nossa bancada, de que brevemente o Sr. Governador do Estado encaminhe a esta Casa o seu Plano de Governo, para que possamos tomar conhecimento do mesmo, discuti-lo, juntamente com os Deputados do PMDB porque todos nós, enfim, temos o maior interesse no desenvolvimento do nosso Estado, porque paranaenses somos, porque neste Estado temos a nossa família e pretendemos cumprir o nosso mandato de tal maneira que os interesses maiores do nosso Estado sejam devidamente atendidos.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado Ezequias Losso, Vossa Excelência mais uma vez honra a Bancada do PDS com a altivez que caracteriza a sua vida pública e com as colocações apropriadas para o momento político paranaense. Provavelmente a sua intervenção na tribuna, nesta tarde, foi resultante de uma colocação partidária do Deputado Melo e Silva.

Sua Excelência está agindo nesta Casa como o Parlamentar de uma nota só. Ele vem à tribuna da Assembléia para permanentemente falar na democracia participativa e transparente do PMDB, num pleonismo injustificável à sua capacidade intelectual.

Ainda recentemente o respeitado jornal "O Estado de São Paulo" fez um editorial para dizer que democracia ou é ou não é. Recordo-me até, Deputado Ezequias Losso, que quando o Presidente Ernesto Geisel falava na democracia social, as maiores vozes que se levantavam contra a democracia estilo brasileiro a que se referia o Presidente Geisel, eram do PMDB, que diziam que democracia não merecia adjetivo, a democracia existe ou não existe.

Mas fomos verificar, no Paraná, que democracia é essa, "democracia participativa e transparente".

A democracia que prometeu a mudança da sociedade paranaense. E qual é a mudança que verificamos? A mudança de números, porque estão exonerando operários que ganham 23 mil cruzeiros e nomeando tubarão do Estado ganhando 600 mil cruzeiros, que são os cabos eleitorais do PMDB.

Qual a democracia da mudança, da promessa solene, da campanha eleitoral, Deputado Ezequias Losso? É a democracia que vai mudar como mudou a do Estado de São Paulo, que o Governador ainda ontem colocou soldados na rua para surrar os desempregados do Estado de São Paulo?

É a democracia dos parentes do Governador Franco Montoro? Ontem quando fazia a denúncia do parantelismo, do clientelismo que impera no Paraná de hoje, um eminente Deputado do PMDB solicitou o aparte e disse: volte os olhos para S. Paulo.

Pois bem, segui o seu conselho e fui verificar o que está ocorrendo na democracia participativa do PMDB no Estado de São Paulo, do qual o PMDB do Paraná copiou até o slogan: "Richa e Álvaro Dias, ou fica como está".

Realmente foi uma cópia do slogan na época da eleição, e está sendo uma cópia das atitudes governamentais do Estado de São Paulo aqui no Paraná. Porque ainda ontem denunciei, eminente Deputado Ezequias Losso, que importantes dirigentes, homens da maior relevância, ocupando cargos no Governo do Sr. José Richa, estão nomeando os seus parentes para cargos melhor remunerado deste Estado.

Mas vamos verificar onde é que fica a democracia participativa do PMDB, que prometeu acabar com a mordomia e eles ficam preocupados quando falam em patrulha rodoviária.

Já disse que isso é até um problema psicológico. Vai ver que eles foram reprovados no psicotécnico e por isso têm nos comparado, a nós, Deputados do PDS, que queremos salvar este Estado do abismo que ele entrou com a vitória do PMDB.

Os patrulheiros rodoviários salvam vidas humanas e nós, do PDS, queremos salvar o Estado do Paraná do abismo do PMDB. Abismo que se caracteriza na atitude antidemocrática, daqueles que querem calar a voz dos homens que fazem Oposição. Não pelo simples prazer de fazer Oposição, mas porque receberam um mandato popular, das urnas, livremente conferido.

A democracia participativa do PMDB é o Governador dizer que vai acabar com a mordomia e ir morar em casa paga pelo Estado, com luz paga pelo Estado, com telefone pago pelo Estado. A democracia participativa prometia antes da eleição, o 13.º Salário para o funcionalismo. Depois da eleição, Sua Excelência o Governador José Richa, numa atitude visível, disse que não dá o 13.º Salário porque não fez o orçamento.

Ora, Deputado, qualquer estudante do curso vestibular de Direito sabe que o Governador pode emendar, modificar o orçamento do Estado, mas provavelmente Sua Excelência não está dando o 13.º Salário para o funcionalismo público, porque ele tem que nomear os seus apadrinhados políticos com salários de 500, 600 e 700 mil cruzeiros por mês. Aí sim, faltam recursos para o Governo atender as legítimas aspirações

do funcionalismo público. Nós, Deputados, que temos um Governador no Rio Grande do Sul, que tem os mesmos problemas econômicos, que tem os mesmos problemas orçamentários e que não prometeu antes da eleição o 13.º, assumiu o Governo e está lá trabalhando e dando, para o funcionalismo de seu Estado, o 13.º salário.

E a proposta do reajuste semestral, nobre Deputado?

Estamos verificando que a inflação corrói, todo o mês, o parco salário do funcionalismo público estadual. O Governador Ney Braga e o Governador Hosken de Novaes, apesar de não haverem determinações legais, davam o reajuste a cada seis ou sete meses, no máximo. E o Governo do PMDB o que faz? Tira o funcionário humilde e nomeia o "tubarão", para ocupar os cargos. Esta é a democracia participativa? Este é o Governo transparente? Onde está a obra que o Governo José Richa fez? Faz reuniões com os Secretários de Estado e diz que - não vou colocar placa em obra pública, feita em meu Governo, porque ela foi feita com o dinheiro do povo". Resultado, depois vai aqui num município da Região Metropolitana e manda colocar uma placa numa obra que foi inaugurada pelo ex-Governador José Hosken de Novaes?

Democracia participativa é aquela que é válida para antes da eleição. Não para depois da eleição, porque as promessas e as juras da véspera e do palanque pré-eleitoral, não têm correspondência na ação. Fazemos um apelo aos eminentes Deputados do PMDB, que mostrem o plano de trabalho de uma Secretaria só, para o Paraná. Digam o que os Srs. querem fazer com a educação neste Estado. Façam um diagnóstico sério da situação da educação no Paraná. E aí venham propor um debate em alto nível. Mas, por favor, em nome da cultura e da inteligência dos homens do PMDB, não fiquem apenas no "samba de uma nota só", revolvendo o passado, atirando pedras no passado.

E agora, que eles são Governo, eles perguntam, como o povo do Paraná já não pergunta mais, mas eles perguntam:

E agora José, o que nós vamos fazer com este Estado do Paraná? Eles ganharam a eleição dia 15 de novembro, assumiram o Poder dia 15 de março, mas desde o dia 15 de novembro, tinham a oportunidade para elaborar um plano de trabalho".

O único plano de trabalho que se tem conhecimento no Paraná, nestes últimos meses, é o plano elaborado, feito pelo governo anterior, para dar condições ao desenvolvimento dos pequenos municípios do Paraná. É o plano do Dr. Saul Raiz, sobre o qual o Governo José Richa mandou um "telex" para Brasília, dizendo que concorda e que é um ótimo plano. É o mesmo que nas vésperas das eleições eles criticaram e criticavam também o Sr. Saul Raiz, o homem de "seis milhões de dólares".

E agora o Sr. José Kalil Richa? Vai ser como? Vai ser denominado como o homem de "cento e cinquenta milhões de dólares". Será que é esta a "democracia" da "mudança" do PMDB, nobres Deputados, de engodo, de embuste, de uma palavra falsa? (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta, mas comunica ao orador da tribuna que o seu tempo está esgotado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Antes porém, a Mesa solicita das lideranças partidárias a indicação dos membros para as Comissões Especiais referentes às Proposições de nºs 110/82, 32/83 e 41/83.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 106/82, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "LIGA IGUAÇUENSE DE FUTEBOL", com sede no Município de Foz do Iguaçu. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

A Presidência anuncia, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Noel Pedro Ribeiro, Prefeito de Kaloré e também do Sr. João Urbano, Prefeito Municipal de Nova Esperança.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Bezerra Guedes, ocorrido em 10 de maio do corrente ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Bezerra Guedes, ocorrido hoje na cidade de São João do Itaipó.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kietiro Outiki, ocorrido em 8 de maio na cidade de Itambaracá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

O SR. WERNER WANDERER (Questão de ordem) — Este Deputado deu entrada na semana passada num requerimento dirigindo à Presidência que encaminhasse à Comissão à C.C.J., cópia dos contratos da "Hoyler" e, posteriormente, Vossa Excelência nos informava que mandou para a Comissão Executiva este nosso requerimento, e ontem nós conversando com o Presidente da C.C.J., ele nos informava que este requerimento não tinha chegado ainda até a C.C.J.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência esclarece a Vossa Excelência que mandará verificar em que pé está e onde se encontra este requerimento e, posteriormente, fornecerá a Vossa Excelência a informação solicitada.

O SR. WERNER WANDERER — Este Deputado aguarda que, no menor tempo de espaço,...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Eu providenciarei.

O SR. WERNER WANDERER — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Registro com satisfação a presença em plenário, do Sr. Waldir Bierra.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Walter Bronzel, ocorrido ontem na cidade de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Heitor Cardoso, ocorrido ontem na cidade de Pato Branco.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando indicação para participação da "Semana de Serviço Social", em Ponta Grossa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, pedindo instalação de rede de água e esgoto nas Escolas Consolidadas dos Distritos de Bairro dos França, Lageado Bonito e Briolândia, pertencentes ao Município de Ortigueira, neste Estado.—

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Comissão Executiva, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das Propostas aprovadas pelo I Fórum de Debates da Assembléia Legislativa.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reforma do terminal de embarque no aeroporto de Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando encaminhamento de solicitação ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de que seja criada a Comarca de Terra Boa, a ser instalada na sede do Município do mesmo nome.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando encaminhamento de solicitação ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pedindo uma (1) viatura policial para o Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, pedindo uma (1) ambulância com equipamentos adequados para o Distrito de IV Centenário, Município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, com finalidade da construção de uma cadeia pública no Distrito de Jaracatiá, Município de Goioerê.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a não interrupção do fornecimento de água e energia elétrica aos desempregados de Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do IPE, encarecendo instalação de Ambulatório do mesmo em Campo Mourão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando pedido de informações e providências à Secretaria de Estado da Educação e a SESB, a respeito dos cursos de especialização em Saúde Pública que estão sendo promovidos em Curitiba e Londrina pela Associação de Ensino de Ribeirão Preto, Centro de Pós-Graduação, Faculdade de Administração Hospitalar (UNAERP).— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de expediente aos Srs. Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranaguá, Jacarezinho, Cascavel, Foz do Iguaçu, Apucarana, Cornélio e Umuarama, pedindo para que regulamentem o uso da propaganda nos taxis, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, que dispõe sobre o assunto.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã quinta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 1/83.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 12, às dez horas, com trabalho das Comissões Técnicas, conforme determina o artigo 89, § 1º do Regimento Interno.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DA MESA EXECUTIVA, EM SESSÃO DO DIA 11 DE MAIO DE 1983

PROPOSTAS APROVADAS NO I FORUM DE DEBATES SOBRE "ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ".

INTRODUÇÃO:

Sob convocação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 27 de abril de 1983, lideranças político partidárias, comunitárias, econômicas e classistas se reuniram no I Forum de Debates. Tendo como tema "Alternativas de Desenvolvimento do Paraná", discutiram o papel do Paraná ante a Federação e os caminhos alternativos para a retomada do seu desenvolvimento.

Os participantes do Forum concluíram que as contribuições do Paraná à União não têm recebido contrapartida adequada, por diversas razões. Entre elas, a tendência recente de concentração política, que substituiu na prática a Federação por uma república centralista e unitária. E devido à timidez dos movimentos reivindicatórios de nível regional.

Em função dessa realidade, o plenário do Forum de Debates aprovou um conjunto de propostas, das quais se destacam as seguintes.

PROPOSTAS

1. Valorização das Reivindicações

Valorização dos pleitos paranaenses junto à União Federal. Está demonstrado que as reivindicações regionais são movimentos legítimos em todas as nações do mundo.

2. PRESENÇA POLÍTICA:

Valorização das lideranças políticas, e apoio à sua participação em todas as decisões políticas de caráter nacional, inclusive na formulação da sucessão presidencial.

3. MOBILIZAÇÃO ELEITORAL

Mobilização das lideranças políticas, comunidade e Governo para tomar o Paraná o quarto Colégio Eleitoral do Brasil, de modo a consolidar a contribuição do Estado à Nação, em todos os níveis.

4. RECURSOS PARA EMPREGO

Destinação de parcela da arrecadação do FINSOCIAL e redução de impostos, para financiar

programas de emergência destinados a criar empregos no Estado do Paraná.

5. MODELO ADAPTADO

O modelo de desenvolvimento do Paraná deve ser desatrelado daquele praticado pelos países de alto índice de sofisticação tecnológica, para valorizar as soluções adequadas à nossa cultura, eventualmente pequena escala, mas garantindo eficiência relativa sem agredir o homem ou o meio ambiente.

6. VALORIZAÇÃO DO TALENTO

Desenvolvimento de um sistema sócio-econômico-político que resulte na valorização do talento humano disponível no Paraná com base na realidade cultural do Estado e mediante a integração de toda a comunidade estadual.

7. DEFESA AGRÍCOLA

Mobilização da comunidade paranaense em torno dos programas de apoio à produção agropecuária e ao agricultor, mediante políticas de preços remuneratórios, crédito, assistência técnica e processamento agroindustrial que valorizem a contribuição paranaense para o abastecimento interno e a geração de divisas via exportação.

8. REFORMA TRIBUTÁRIA

Promoção imediata da Reforma Tributária, como forma de restaurar a Federação e garantir a autonomia dos Estados e a sobrevivência dos Municípios.

9. ORIENTAÇÃO PARA O SOCIAL

Orientação de toda a programação governamental para a realidade social, de modo a conjugar políticas econômicas com a necessidade de geração de empregos, distribuição justa da renda disponível e apoio aos menos favorecidos, de forma a garantir que os benefícios sejam democraticamente usufruídos.

10. COMISSÃO PERMANENTE

O Forum propôs ainda, a criação de uma Comissão Mista Permanente, integrada por Parlamentares, Dirigeentes Políticos, Líderes Empresariais e Comunitários, para encaminhar os assuntos decorrentes do Forum. Os membros da Comissão, trabalhando em caráter não remunerado, deverão manter um processo permanente e ativo de participação política não partidária em favor do Paraná.